

Educação Ambiental na Perspectiva de Alunos do 5º ano de uma Escola Quilombola na Comunidade do Quilombo Renascer Salitre-CE.

Kayles Guedes da Fonseca¹

Viviane Pinho de Oliveira²

RESUMO: A escola e a comunidade exercem um papel central na transmissão de saberes ecológicos, articulando conhecimentos tradicionais e práticas escolares. O presente artigo tem como objetivo analisar a percepção e o entendimento sobre a educação ambiental, de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental da escola Quilombola, localizada no Quilombo Renascer, comunidade rural, Salitre-CE. Trata-se de uma investigação qualitativa, exploratória e descritiva que buscou compreender como os conhecimentos tradicionais, a vivência comunitária e as práticas ambientais e pedagógicas influenciam a formação de uma consciência ecológica crítica entre as crianças quilombolas de 10 a 11 anos. A metodologia utilizada foi qualitativa, com aplicação de questionários com perguntas abertas e objetivas, roda de conversa e uma atividade lúdica, que consiste na produção de um cartaz com imagens e palavras-chaves relacionadas ao meio ambiente, e a observação participante em atividades escolares. Os resultados indicam que, apesar de apresentarem noções básicas sobre a preservação ambiental, muitos alunos ainda têm uma visão limitada sobre causas e consequências dos problemas ambientais, e que eles relacionam a educação ambiental principalmente a preservação dos rios e mata, respeito aos animais, manejo de lixo e práticas agrícolas tradicionais. Observou-se também que a participação ativa dos alunos nas atividades ambientais desperta o senso de pertencimento e responsabilidade e para além disso, a pesquisa evidencia que o diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos possibilita uma compreensão mais ampla das questões ambientais e sociais. Essa integração contribui para a formação de cidadãos críticos e comprometidos com o cuidado coletivo do território. Conclui-se que as iniciativas pedagógicas que valorizem a cultura quilombola, e a aprendizagem ativa de projetos intergeracionais podem fortalecer a compreensão e a prática da educação ambiental nessa realidade, e que deve ser integrada a necessidade de uma educação ambiental contextualizada que dialogue com os saberes tradicionais de forma mais prática e contínua, incentivando a consciência crítica e o protagonismo estudantil.

Palavras-chaves: Educação Ambiental; Resistência; Educação Quilombola; Ensino Fundamental; Saberes Tradicionais.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental (EA) constitui-se como campo fundamental, interdisciplinar e mobilizador de saberes, práticas e valores voltados para a compreensão das relações entre sociedade e natureza, para a formação de cidadãos, especialmente em comunidades tradicionais onde a relação com a natureza é parte essencial do modo de vida e para mostrar a importância de se atuar de forma sustentável. Segundo Loureiro (2012, p.45), “a educação ambiental deve ser compreendida como um processo permanente, baseado em valores éticos, na justiça social e no respeito a todas as formas de vida”. Essa concepção amplia o papel da escola para além do ensino de conteúdos, transformando-a em um espaço de construção coletiva de conhecimento e de práticas

sustentáveis, que dialogam com a realidade vivida pelos os alunos. A inter-relação entre educação formal e educação tradicional, nesse sentido, pode enriquecer o processo formativo, respeitando a cultura local e promovendo a valorização da identidade étnica.

No contexto das políticas educacionais brasileiras, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) também destaca a importância da educação ambiental como eixo transversal, ao afirmar que “A sustentabilidade da vida em suas múltiplas dimensões, ambiental, social, econômica e cultural deve ser um princípio orientador das práticas educativas” (Brasil, 2018, p.18). Assim, a BNCC reforça o compromisso de todas as escolas com a formação integral dos estudantes e com a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente responsável.

A educação nas escolas quilombolas representa um marco fundamental na valorização da identidade, da cultura e da história das comunidades negras rurais, constituindo-se como um espaço de resistência e afirmação. Silva (2022), ao citar Nascimento (2017), traz a reflexão da “pedagogia crioula”, que compreende a educação como ferramenta de luta política e um instrumento de defesa dos direitos e de construção e afirmação da identidade quilombola, por ser uma construção que envolve não apenas as professoras e os professores, mas também as mestras e os mestres quilombolas.

Assim, a implementação da educação quilombola surge da luta coletiva por reconhecimento e direito à educação diferenciada, pautada no respeito às tradições, saberes ancestrais e modos de vida quilombolas. Custódio e Foster (2025) ressaltam que a consolidação da educação quilombola é fruto da mobilização social em defesa do reconhecimento e da garantia de uma proposta diferenciada, alicerçada no respeito às tradições, aos saberes ancestrais e aos modos de vida das comunidades. Esse projeto pedagógico, sustentado por políticas públicas e pela participação ativa das próprias comunidades, tem gerado conquistas significativas, como a inclusão de conteúdos que dialogam com a realidade local e a formação de educadores comprometidos com a valorização da diversidade cultural.

Nessa perspectiva, Carril (2010) sublinha que o território e a ancestralidade constituem pilares da prática educativa quilombola, enquanto Nascimento e Silva (2018) destacam a dimensão histórica de resistência e inclusão que acompanha a trajetória dessas escolas. Esses avanços reforçam a cidadania e ampliam a visibilidade social das comunidades quilombolas, reafirmando a escola como espaço de transformação e de preservação da memória coletiva.

A educação nas comunidades quilombolas do Ceará enfrenta desafios estruturais, mas também revela potenciais transformadores ao articular saberes tradicionais, identidade cultural e práticas pedagógicas contextualizadas. De acordo com a SEDUC (2025), no Ceará, há comunidades quilombolas distribuídas em municípios como Tururu, Porteiras, Horizonte, Crateús, Aquiraz, Pacajus, Coreaú, Quiterianópolis, Tamboril, Tauá, Croatá, Araripe, Novo Oriente, Quixadá, Baturité, Ipueiras, Salitre e Aracati. Essas comunidades, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, têm na educação escolar um espaço de afirmação da identidade negra e de resistência histórica.

O Quilombo Renascer, localizado no município de Salitre, interior do Ceará, é uma comunidade reconhecida por sua resistência histórica, por sua identidade cultural e por práticas

sustentáveis baseadas na ancestralidade africana. Entender como as crianças quilombolas compreendem o meio ambiente é essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respeitem a cultura local e potencializem aprendizagens ambientais significativas e que incentivem a preservação ambiental de forma crítica e emancipadora. A comunidade representa não só apenas um espaço de resistência histórica, mas também de produção de saberes próprios, transmitidos entre gerações.

De acordo com Pereira (2021), ao tratarmos da educação voltada para os povos quilombolas no Brasil, enfrentamos o desafio de construir uma política educacional capaz de abrir novos caminhos e integrar cultura, identidade e saberes nos processos escolares. Nesse contexto, os conhecimentos tradicionais quilombolas assumem papel central, pois constituem um patrimônio próprio, transmitido historicamente de geração em geração e preservado na memória coletiva da comunidade.

Segundo Silva; Lima (2019), a realidade, entretanto, é marcada por desafios significativos, como a falta de infraestrutura adequada, escassez de materiais pedagógicos que dialoguem com a cultura quilombola e a necessidade de formação continuada de professores para lidar com a diversidade cultural e territorial. Para as autoras, apesar dessas dificuldades, há potenciais importantes: As comunidades quilombolas, nas suas práticas históricas, sociais e culturais se afirmam sujeitos dotados de saberes próprios, nelas há processos de aprendizagem e outros que incluem formação, conscientização política e cultural, resistência ao modelo educacional hegemônico que funda a instituição escolar.

Dentro dessa concepção da educação quilombola, a EA tem potencial de adquirir dimensões singulares por interseccionar saberes tradicionais, memória coletiva e modos de relação com o território. Nesse contexto, o presente artigo tem como objeto de interesse as concepções de alunos do 5º ano de uma escola quilombola, situada no Quilombo Renascer, comunidade rural, Salitre-CE, como percebem e se relacionam com os temas ambientais a partir de suas vivências e do processo educativo.

Assim, diante dos interesses e motivações pessoais da pesquisadora - que além de buscar compreender a relação entre educação, território e práticas culturais, também se insere como integrante da própria comunidade quilombola - e desse contexto teórico apresentado, levanta-se a seguinte pergunta norteadora: Como a educação ambiental é percebida, apropriada e ressignificada a partir das vivências de alunos do 5º ano da comunidade Quilombola Renascer?

Ao dar voz aos alunos, o estudo também busca revelar como a educação ambiental pode promover o sentimento de pertencimento e responsabilidade coletiva. Dessa forma, a pesquisa reafirma a importância de compreender a EA como instrumento de transformação social e valorização identitária. A relevância do estudo reside em contribuir para a literatura sobre a educação ambiental no contexto quilombola, oferecer subsídios para professores e gestores escolares e propor ações pedagógicas que articulem saberes tradicionais e conteúdos curriculares formais.

Com isso, em função dos interesses da pesquisa, o objetivo foi analisar a percepção e o entendimento sobre a educação ambiental, de alunos do 5º ano do Ensino Fundamental de uma

escola localizada no Quilombo Renascer, comunidade rural, Salitre-CE. Desta forma, pretende-se contribuir para o fortalecimento das práticas pedagógicas contextualizadas e para o reconhecimento da escola como um espaço de valorização da cultura quilombola e do meio ambiente.

Bases teóricas para a compreensão da educação ambiental nas comunidades quilombolas

De acordo com Carvalho (2004), a educação ambiental não se limita à transmissão de informações, mas busca formar sujeitos críticos capazes de repensar suas práticas cotidianas e coletivas em relação ao ambiente. Esse caráter crítico é fundamental em contextos escolares direcionados, como as escolas quilombolas, que carregam a sua trajetória na luta pela preservação cultural, territorial e ambiental.

As comunidades quilombolas possuem uma relação intrínseca com a terra e a natureza, pois a sobrevivência e a manutenção da identidade cultural estão ligadas ao uso sustentável dos recursos naturais (Arruti, 2006). Nesses espaços, a educação ambiental deve reconhecer e valorizar saberes tradicionais, como a forma de diálogo entre ciência e cultura, integrando práticas pedagógicas que fortaleçam a identidade quilombola e promovam a sustentabilidade (Silva; Cunha, 2019).

Nesse sentido, a educação escolar quilombola, regulamentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (Resolução CNE/CEB n 8/2012), estabelece que o currículo deve respeitar a história, a memória, os valores e os modos de vida das comunidades quilombolas. Isso implica que a educação ambiental nesse contexto não pode ser desvinculada da luta pelo o território, do cuidado com a biodiversidade local e da preservação das práticas culturais que envolvem o uso de recursos naturais.

Autores como Loureiro (2004) ressaltam que a educação ambiental deve ir além da transmissão de informações ecológicas, assumindo caráter crítico, transformador, capaz de questionar o modelo de desenvolvimento vigente, baseado no consumo e na exploração desenfreada dos recursos naturais. Assim, mais do que um conteúdo disciplinar, a educação ambiental configura-se como prática social, política e pedagógica.

Segundo Gadotti (2000), é preciso compreender a educação ambiental como parte de um projeto civilizatório mais amplo, vinculado à sustentabilidade e à justiça social. Tal perspectiva propõe uma ruptura com modelos conservadores, que reduzem a questão ambiental a práticas de reciclagem ou preservação pontual, desconsiderando as dimensões históricas, sociais e culturais que compõem a problemática ambiental.

A vertente crítica da educação ambiental tem raízes no pensamento freireano, que defende uma prática pedagógica, problematizada e voltada à conscientização. Para Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção e construção coletiva. Transpondo essa perspectiva para a educação ambiental, entende-se que a formação de sujeitos ecológicos não se dá pela imposição de regras de conduta, mas pela construção coletiva de sentidos no ambiente e suas múltiplas dimensões.

A chamada educação ambiental crítica, defendida por autores como Guimarães (2004) Loureiro (2012), busca superar uma visão reducionista e naturalista da educação ambiental, que

muitas vezes limita a ideia de cuidar da natureza. Para Guimarães (2000), a perspectiva crítica compreende que a crise ambiental é, em sua essência, uma crise de civilização, resultante do modelo de produção capitalista e da lógica de consumo predatória. Assim a educação ambiental deve possibilitar aos educandos a compreensão das raízes históricas, sociais e econômicas dos problemas ambientais.

Freire (1996), ao tratar da educação como prática da liberdade, inspira a educação ambiental crítica ao defender uma pedagogia dialógica, emancipatória e transformadora. No contexto escolar, isso significa romper com práticas pedagógicas tradicionais, autoritárias e descontextualizadas, para adotar metodologias participativas que valorizem o diálogo e a realidade vivida pelos os sujeitos. A educação ambiental crítica, portanto, está intrinsecamente ligada à formação da cidadania e ao empoderamento comunitário. Como afirma Sorrentino et al. (2005), a escola deve ser espaço de articulação entre saberes locais e conhecimentos científicos, fomentando práticas coletivas de transformação social.

A intersecção educação ambiental e educação quilombola traz desafios e potencialidades específicas. Por um lado, há o risco de práticas educativas descontextualizadas, que produzem uma visão universalista e deslocada da realidade local. Por outro, existe a oportunidade de articular os saberes tradicionais e a ciência escolar em práticas pedagógicas inovadoras e significativas.

Silva (2015) aponta que nas comunidades quilombolas o meio ambiente não é compreendido apenas em sua dimensão ecológica, mas também cultural e espiritual. Os rios, as florestas, as plantações e os animais são vistos como uma parte de uma rede de relações que sustenta a coletividade e reforça laços de pertencimento. A escola, nesse sentido, pode contribuir para sistematizar e ampliar essas práticas, ao mesmo tempo em que promove o diálogo com conhecimentos científicos. Para tanto, é necessário que o currículo inclua atividades que valorizem o território, como hortas comunitárias, rodas de conversa com os mais velhos, oficinas de práticas agrícolas e debates sobre os impactos ambientais locais.

De acordo com Oliveira (2018), a educação ambiental em quilombos fortalece a resistência frente às ameaças externas, como o avanço do agronegócio, o desmatamento e a poluição dos rios, que comprometem a sustentabilidade da vida comunitária. Ao mesmo tempo, contribui para formar novas gerações conscientes de seu papel político e cultural. Escolas quilombolas ocupam o papel estratégico na reprodução e transmissão cultural, integrando saberes tradicionais e demandas de escolarização formal. A EA nesses espaços deve reconhecer a historicidade e os modos de relação com o território, valorizando práticas ancestrais e promovendo autonomia comunitária. As práticas pedagógicas em escolas quilombolas, especialmente no ensino fundamental, devem considerar a realidade concreta vivida pelos alunos e suas famílias. No caso das comunidades quilombolas, a relação com a terra e com o território é um elemento estruturante da vida social e cultural, sendo, portanto, também estruturante do processo educativo.

Um dos principais desafios da educação ambiental em contextos quilombolas é o diálogo entre saberes tradicionais e a ciência escolar. Muitas vezes, o currículo oficial privilegia conteúdos eurocêntricos, visualizando ou desvalorizando os conhecimentos locais. Segundo Arroyo (2013), a educação deve reconhecer que os povos tradicionais produzem saberes legítimos, que não são inferiores ao conhecimento científico, mas sim diferentes em sua lógica, origem e finalidade. Essa

perspectiva rompe com a hierarquia que coloca o saber acadêmico como superior e permite a construção de uma pedagogia intercultural.

Isso significa, por exemplo, relacionar o ensino de ciência à observação dos ciclos da natureza tal como praticados pela comunidade, discutir a importância das ervas medicinais, analisar as técnicas de plantio e pesca artesanal e relacionar esses saberes ao conhecimento científico. Esse processo, como aponta Santos (2007), não se trata de substituir a ciência escolar pelos saberes tradicionais, mas de construir pontes, reconhecendo que ambos possuem valor e podem se complementar na formação integral dos estudantes. trata-se de uma ecologia de saberes em que diferentes conhecimentos coexistem e interagem sem que um precise anular o outro.

Na prática o diálogo entre ciência escolar e saber tradicional pode acontecer por meio de projetos pedagógicos como por exemplo, oficinas etnobotânicas, em que os alunos catalogam plantas usadas na comunidade e relacionam as suas funções medicinais aos princípios ativos estudados na biologia. resgate da história oral, entrevista com os mais velhos sobre mudanças ambientais e confronto desses relatos com os dados históricos geográficos. Outras possibilidades são os estudos do meio, visitas às áreas de preservação, roças e rios, analisando tanto a visão comunitária quanto os parâmetros científicos de qualidade ambiental. Essas práticas permitem que os estudantes construam uma visão crítica, que não desvaloriza o saber ancestral, mas o reconhece como parte integrante da formação escolar e da identidade quilombola.

Apesar de seu potencial, a implementação de uma educação ambiental crítica e contextualizada nas escolas quilombolas enfrenta obstáculos significativos, muitas vezes, as propostas pedagógicas não contemplam a realidade da comunidade, reproduzindo conteúdos prontos e desarticulados da vida local. A falta de formação docente, professores que atuam em escolas quilombolas nem sempre recebem formação específica para trabalhar com a educação ambiental de forma intercultural. A carência de materiais didáticos contextualizados, a maioria dos livros didáticos não aborda a cultura quilombola nem a relação desses povos com o ambiente. A degradação ambiental e políticas públicas insuficientes dificultam a realização de práticas educativas sustentáveis. Mesmo diante desses desafios, autores como Loureiro (2012) e Gomes (2012) destacam que a educação ambiental em contextos quilombolas é campo fértil para práticas pedagógicas inovadoras, capazes de promover a emancipação social e cultural.

As práticas pedagógicas em escolas quilombolas, especialmente no ensino fundamental, devem considerar a realidade concreta vivida pelos os alunos e suas famílias. Quando falamos das comunidades tradicionais, a relação com a terra e com o território é um elemento estruturante da vida social e cultural, sendo, portanto, também estruturante do processo educativo. Segundo Arroyo (2011), a escola deve reconhecer os saberes que circulam no cotidiano da comunidade, como o cultivo de alimentos, a coleta de frutos nativos, a pesca artesanal, a utilização de plantas medicinais e os modos de organização coletiva do trabalho. Esses saberes, quando incorporados ao currículo de forma crítica, possibilitam que os alunos compreendam a complexidade da realidade em que vivem, valorizem a cultura de seus antepassados e estabeleçam conexões entre tradição e ciência.

Nesse sentido, a educação ambiental em escolas quilombolas não deve ser pensada como um conjunto de projetos isolados, mas como parte orgânica do projeto pedagógico da escola. Por exemplo uma horta comunitária, pode ser espaço de interdisciplinaridade, envolvendo matemática,

com medidas, cálculos de área, e também ciências, com ciclos da natureza, fotossíntese e tipos de solo. Incluir também a história, com tradições agrícolas da comunidade, e mais uma, a língua portuguesa, com a produção de relatos e textos reflexivos sobre a prática. Além disso, práticas como o restante da memória oral, entrevistas com os mais velhos sobre as mudanças no território e na natureza, podem contribuir para a formação de um olhar crítico sobre os impactos ambientais decorrentes de ações humanas, como o desmatamento, o uso de agrotóxicos e as queimadas. Como afirma Loureiro (2012, p. 58), “a educação ambiental crítica deve articular saberes diversos, promovendo a leitura do mundo e a transformação das relações entre sociedade e natureza”. Dessa forma, a escola se consolida como espaço de fortalecimento da memória coletiva e de construção de novas formas de resistência.

O território para as comunidades quilombolas não é apenas um espaço físico, mas um elemento constitutivo de sua identidade cultural e social. De acordo com Haesbaert (2004), o território deve ser entendido como espaço vivido, carregados de significados, memórias e relações de pertencimento. No caso dos quilombos, a luta pelo seu reconhecimento e pela posse da terra é também luta pela preservação da identidade coletiva, como afirma Santos (2020), sem território não há continuidade da cultura e da memória ancestral. A educação ambiental, nesse contexto, assume papel estratégico, pois contribui para a conscientização sobre a importância de preservar o território e fortalecer a identidade cultural. Isso se manifesta na valorização das práticas agrícolas tradicionais, na defesa dos recursos naturais contra a exploração predatória e na formação de jovens capazes de dar continuidade à luta de seus antepassados.

Identidade e território estão, portanto, profundamente entrelaçados, ao trabalhar com educação ambiental na escola quilombola, não se trata apenas de ensinar sobre ecossistemas, mas de reforçar a compreensão de que a terra é para dar vida coletiva e base de existência material e simbólica. Como defende Porto-Gonçalves (2006), a ecologia política precisa dialogar com as lutas sociais, pois a defesa do meio ambiente não pode ser dissociada da defesa de povos que dele dependem. Nesse sentido, a EA em comunidades quilombolas não é apenas uma prática pedagógica, mas um ato político de resistência e de afirmação identitária.

Portanto, ao relacionar território, identidade e educação ambiental, percebe-se que a escola quilombola deve atuar como guardiã de saberes, fortalecendo a memória, a luta e a consciência crítica dos estudantes. Além de preservar práticas culturais, esse processo pedagógico contribui para o empoderamento das novas gerações, que passam a compreender sua responsabilidade diante da continuidade histórica da comunidade. O trabalho educativo precisa ser entendido como um caminho de resistência frente às pressões externas, como o avanço do agronegócio e as políticas que ameaçam a posse da terra. Assim, a educação ambiental se converte em prática política de defesa do território, pois mobiliza crianças, jovens e adultos em torno da valorização do espaço coletivo. Como afirma Loureiro (2012, p. 43), “a educação ambiental crítica é uma prática política, comprometida com a transformação das relações sociais e com a construção de novos modos de vida”. Ao mesmo tempo, reafirma-se a identidade quilombola como elemento essencial para a permanência e fortalecimento da vida comunitária. Dessa forma, a escola não é apenas espaço de transmissão de conteúdos, mas sim um lugar de afirmação, de pertença e de construção de projetos de futuro sustentáveis e enraizados na ancestralidade.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, uma vez que busca compreender os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências e percepções. Segundo Minayo (2012, p. 21), “a pesquisa qualitativa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atividades, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos”. Essa abordagem possibilita interpretar a realidade a partir do olhar dos próprios participantes, valorizando suas vivências e contextos socioculturais.

A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se por permitir uma aproximação sensível e interpretativa com o objetivo do estudo, especialmente por se tratar de crianças pertencentes a uma comunidade quilombola, cujas percepções ambientais são fortemente influenciadas por saberes tradicionais e práticas coletivas. Assim, a pesquisa não pretende quantificar dados, mas compreender as percepções e representações construídas pelos os alunos sobre a educação ambiental.

Do ponto de vista de seus objetivos, a pesquisa é exploratória e descritiva, pois busca entender e descrever as percepções dos alunos do 5º ano sobre EA no contexto da escola quilombola, analisando suas concepções, valores e práticas cotidianas. A pesquisa exploratória permite maior familiaridade com o tema, principalmente quando há poucas investigações anteriores sobre determinado contexto. Já o caráter descritivo possibilita observar, registrar e interpretar os fenômenos educacionais sem manipulá-los, permitindo retratar fielmente a realidade vivenciada pelos sujeitos. Gil (2008, p. 45) afirma que “as pesquisas exploratórias e descritivas têm como principal objetivo proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato, fenômeno ou realidade”. Assim, esta abordagem favorece a compreensão do modo de como os alunos quilombolas entendem o meio ambiente e as ações desenvolvidas pela a escola para preservar e cuidar da natureza. Ao optar por esse tipo de investigação, pretende-se compreender significados atribuídos pelos os estudantes às suas vivências ambientais, respeitando suas particularidades culturais e sociais.

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal quilombola, localizada no Quilombo Renascer, Salitre-CE, comunidade rural, reconhecida pela a fundação cultural Palmares. Trata-se de uma instituição que atende estudantes da comunidade, vinculando o processo educativo à realidade cultural, histórica e territorial quilombola. Ao decorrer da pesquisa foram três dias visitando a escola e a sala do 5º ano. A escolha do local justifica-se pela relevância do território enquanto espaço de resistência e preservação de saberes tradicionais, funcionando como um elo entre o saber formal e os saberes tradicionais transmitidos pela comunidade, além de interesses pessoais da pesquisadora.

Os participantes da pesquisa foram 13 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental, com idades entre 10 e 12 anos, regularmente matriculados na instituição. Essa faixa etária foi escolhida por reunir estudantes em fase de consolidação da alfabetização e do letramento científico, já capazes de expressar suas concepções por meio de fala, escrita e representação simbólica, como desenhos.

Outro fator que justifica a escolha desse grupo, é que os alunos do 5º ano encontram-se no final do primeiro ciclo da educação básica, momento em que a escola busca integrar aprendizagens fundamentais em relação à natureza, sociedade e cultura. Nesse estágio, as crianças já participam de

atividades coletivas e conseguem refletir sobre questões ambientais a partir de suas vivências, mas ainda preservam a espontaneidade de suas percepções, o que torna as respostas mais autênticas.

A participação dos alunos foi voluntária, mediante consentimento informado dos responsáveis e da direção escolar. Em todas as etapas, buscou-se respeitar a autonomia e o bem-estar das crianças, assegurando que não houvesse exposição ou constrangimento.

Para alcançar os objetivos propostos, optou-se por utilizar uma combinação de técnicas de coletas de dados, permitindo triangular informações e garantir maior riqueza interpretativa, seguindo as seguintes etapas:

1. Questionário semiestruturado: Questionário elaborado com perguntas abertas e fechadas. O questionário foi aplicado em sala de aula, em formato impresso, com acompanhamento do pesquisador para esclarecer dúvidas (Quadro 1).

Quadro 1. Perguntas aplicadas no questionário aplicado aos alunos do 5º ano da escola quilombola de Salitre, CE.

1. O que você entende por “meio ambiente”?
2. Quais elementos você acha que fazem parte do meio ambiente (por exemplo: árvores, rios, pessoas, animais, casas) ?
3. Você acha que o lugar onde vive faz parte do meio ambiente? Por quê?
4. O que significa “cuidar do meio ambiente” para você?
5. Na sua casa ou comunidade, que ações as pessoas fazem para cuidar da natureza?
6. Que coisas você acha que prejudicam o meio ambiente?
7. Você já participou de alguma atividade sobre meio ambiente na escola? Como foi?
8. O que você aprendeu na escola sobre preservar a natureza?
9. Você acha importante aprender sobre o meio ambiente na escola quilombola? Por quê?
10. Se você pudesse dar um conselho para as pessoas cuidarem melhor da natureza, o que diria?
11. Escreva três palavras que você acha importantes quando pensa em meio ambiente.

Fonte: autora (2025)

2. Roda de conversa: Inspirada na pedagogia freireana, buscou promover diálogo horizontal e participativo, valorizando as vozes das crianças. Nessa atividade, os alunos puderam falar livremente sobre suas experiências, compartilhar histórias familiares relacionadas ao uso da terra, à preservação da água, à coleta seletiva, ao descarte de lixo, reciclagem, ao cultivo de hortas e a convivência com o território.
3. Produção de um cartaz coletivo: Um cartaz coletivo foi construído em papel kraft, no qual os alunos utilizaram imagens ilustrativas, recortes de revistas e palavras como água, árvore, sol, mar, respeito e vida, e frases relacionadas ao cuidado com o meio ambiente. Cada estudante observou e identificou a ação que estava sendo realizada na figura apresentada pelo pesquisador e a importância de tal atividade realizada para o cuidado com o meio ambiente. O cartaz foi fixado na sala de aula, servindo como memória da atividade e material pedagógico para futuras reflexões.

Todas as atividades foram registradas em diário de campo, com anotações do pesquisador sobre falas, expressões, interações e comportamentos dos alunos durante a coleta, e com o consentimento dos alunos, seus responsáveis e direção da escola, capturamos imagens e fotos.

Quanto à análise dos dados, as respostas do questionário foram analisadas por meio da análise de conteúdo (Bardin, 2016). A roda de conversa e a produção do cartaz coletivo foram analisadas sob uma perspectiva qualitativa, considerando os discursos, as narrativas e os símbolos presentes nas falas e nas representações visuais. Essa abordagem possibilitou compreender não apenas o conteúdo explícito das respostas, mas também os sentidos atribuídos pelas crianças às suas experiências cotidianas com o meio ambiente, revelando valores, práticas culturais e dimensões de pertencimento ao território quilombola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

- Análise do Questionário

A partir dos dados coletados do questionário, foram obtidas e analisadas 13 respostas. Os dados obtidos por meio dos questionários revelam que os alunos do 5º ano da Escola Quilombola possuem uma compreensão inicial do que é meio ambiente, ainda marcada por elementos naturais, como árvores, rios, animais e plantas. Quando questionado sobre “O que é o meio ambiente? As respostas mais recorrentes foram (Quadro 2):

Quadro 2. Respostas dos alunos do 5º ano sobre “O que é o meio ambiente?”, na Escola Quilombola, Comunidade Renascer, Salitre, CE.

Categoria	Respostas
Definição relacionada aos espaços onde se encontram recursos da natureza	Aluno 03 - “é o lugar onde tem árvores, animais e água”. Aluno 14 - “é um lugar onde tem natureza, tem rio, mata e animais”.
Definição relacionada ao lugar onde o homem vive	Aluno 06 - “é o lugar que a gente vive” .
Definição voltada para a preocupação com o cuidado	Aluno 11 - “é a natureza e a gente precisa cuidar”.
Definição voltada para a realidade quilombola.	Aluno 01 - “Cuidar da horta comunitária, os rios próximos e o território da comunidade”

Fonte: Autora (2025)

Observa-se que os alunos associam o conceito de meio ambiente tanto ao espaço natural quanto ao espaço vivido. Essa percepção vai ao encontro da ideia de que o ambiente é uma totalidade que envolve relações entre natureza e sociedade (Carvalho, 2004). No entanto, nota-se que alguns estudantes restringem o conceito a uma visão naturalista, o que é comum entre crianças dessa faixa etária, como apontam estudos de Guimarães (2000).

Ao mesmo tempo, o vínculo com a comunidade quilombola aparece em algumas respostas, principalmente quantos os alunos mencionam a horta comunitária, os rios próximos e o território da comunidade. Isso mostra que a percepção ambiental não é apenas abstrata, mas relacionada ao cotidiano e as práticas locais, confirmando a importância da educação ambiental contextualizada (Loureiro, 2012).

Quando perguntamos sobre: “Como podemos cuidar do meio ambiente”, os alunos apresentaram uma diversidade de respostas, que revelam tanto práticas aprendidas na escola quanto hábitos da própria comunidade, a seguir, apresenta-se o Quadro 3, que sintetiza algumas dessas respostas, classificadas em duas categorias principais: práticas familiares e práticas tradicionais.

Quadro 3. Respostas dos alunos do 5º ano sobre “Como podemos cuidar do meio ambiente”, na Escola Quilombola, Comunidade Renascer, Salitre, CE.

Categoria	Respostas
Conceitos voltados à prática familiar	Aluno 13 - “Cuidar da horta junto com a mamãe” Aluno 9 - “Não deixar o fogo queimar a roça”
Conceitos voltados à práticas tradicionais	Aluno 2 - “Não jogar lixo no rio” Aluno 5 - “Plantar mais árvores” Aluno 7 - “ cuidar da horta comunitária, os rios próximos e o território da comunidade”

Fonte: Autora (2025)

A análise do quadro permite compreender que as percepções dos alunos estão diretamente ligadas às experiências vividas no território quilombola. As respostas evidenciam a influência das práticas familiares e comunitárias na formação da consciência ambiental das crianças, demonstrando que o cuidado com a natureza não é apenas uma aprendizagem escolar, mas um modo de vida transmitido por gerações.

Essa integração entre conhecimento tradicional e práticas de cuidado reforça o papel da escola como o espaço de valorização dos saberes locais. Como destaca Loureiro (2012), a educação ambiental deve ser construída a partir do diálogo entre os saberes científicos e populares, promovendo uma aprendizagem significativa que reconheça a identidade cultural e territorial dos sujeitos. Desse modo, o quadro mostra que a educação ambiental na escola quilombola transcende os muros da instituição, articulando-se com os modos de viver e aprender da comunidade, em uma perspectiva crítica, afetiva e culturalmente situada.

A análise das respostas dos alunos à pergunta “Na sua casa ou comunidade, que ações as pessoas fazem para cuidar da natureza?” revela a riqueza de saberes que permeia o cotidiano da comunidade quilombola. Os dados demonstram que o cuidado ambiental é construído coletivamente e envolve tanto práticas cotidianas de preservação quanto saberes tradicionais transmitidos por gerações. No Quadro 4, apresentam-se as respostas dos estudantes organizadas em duas categorias principais: práticas de cuidado ambiental e realidade quilombola e saberes tradicionais e práticas culturais.

Quadro 4. Respostas dos alunos sobre “Na sua casa ou comunidade, que ações as pessoas fazem para cuidar da natureza?”

Categoria	Respostas
Conceitos voltados à práticas de cuidado ambiental e realidade quilombola	Aluno 2 - “Minha mãe planta horta e ensina a gente a não jogar lixo no rio” Aluno 4 - “Meu avô fala pra gente cuidar da água e sempre rega as plantas da roça sem desperdiçar” Aluno 1 - “Na comunidade, todo mundo ajuda a cuidar

	do rio, e a gente pesca só o que precisa”
Conceitos voltados á saberes tradicionais e práticas culturais	Aluno 7 - “A gente não corta as árvores da mata perto da casa e sempre deixa algumas semestres para plantar depois” Aluno 11 - “Meu pai ensina a queimar a roça só de maneira segura e deixa a terra descansar depois da colheita”

Fonte: Autora (2025)

As respostas evidenciam que os alunos reconhecem o meio ambiente como parte integrante de sua vida e cultura, associando o cuidado com a natureza às práticas comunitárias de subsistências e respeito ao território. Há uma consciência ambiental que nasce do pertencimento e do diálogo entre gerações, em que o aprender acontece pela observação e pela a convivência com familiares e vizinhos.

Esses resultados reforçam o entendimento de que a educação ambiental quilombola deve considerar os contextos culturais e as práticas locais como ponto de partida para a construção do conhecimento. Segundo Guimarães (2000), a educação ambiental crítica precisa ser compreendida como um processo de transformação social, que articula saberes e experiências na busca por uma relação mais equilibrada e ética entre ser humano e natureza.

Assim, o quadro demonstra que as ações de cuidado presentes nas falas dos alunos não se limitam a atitudes individuais, mas refletem uma dimensão coletiva e cultural, onde o saber tradicional se entrelaça com o conhecimento escolar, formando uma base sólida para a construção de uma consciência ambiental crítica e comunitária.

As respostas dos alunos à pergunta “Você participou de alguma atividade sobre meio ambiente na escola? Como foi?” evidenciam o papel da escola quilombola como espaço formativo e de valorização das práticas ambientais vivenciadas pelos estudantes. As falas demonstram que a educação ambiental é trabalhada de maneira participativa, prática e integrada ao cotidiano da comunidade, promovendo aprendizagens que fortalecem o vínculo entre o saber escolar e o saber tradicional. A seguir, apresenta-se o Quadro 5, que sintetiza as respostas dos alunos organizadas na categoria práticas de cuidado ambiental.

Quadro 5. Respostas dos alunos sobre “Você participou de alguma atividade sobre meio ambiente na escola? Como foi?”

Categoria	Respostas
Conceitos voltados á práticas de cuidado ambiental	Aluno 3 - “Sim, a professora nos levou para plantar mudas na horta da escola e explicou como cuidar da terra sem machucar as plantas” Aluno 8 - “Já fizemos uma atividade para limpar o rio perto da comunidade” Aluno 10 - “Sim participamos de uma palestra sobre árvores e frutos da mata. Aprendi quais plantas podemos colher e quais deixar para crescer Aluno 13 - “Também foi ensinado na palestra como cuidar do meio ambiente, e não jogar lixo fora da lixeira”

Fonte: Autora (2025)

As falas destacam o envolvimento ativo dos estudantes em ações práticas de preservação ambiental, como o plantio de mudas, a limpeza do rio e a participação em palestras. Essas atividades favorecem uma aprendizagem significativa, porque permitem que os alunos relacionem o conteúdo escolar à sua vivência no território quilombola, fortalecendo o sentimento de pertencimento e responsabilidade ambiental.

Conforme destaca Freire (1996), a educação deve ser um processo de conscientização, no qual o sujeito compreende a realidade em que vive e atua para transformá-la. As experiências descritas pelos alunos refletem esse princípio, mostrando que a educação ambiental, quando contextualizada e dialógica, promove não apenas o conhecimento teórico, mas também a formação crítica e ética dos estudantes diante das questões socioambientais de sua comunidade.

Dessa forma, o quadro evidencia que a escola quilombola se constitui como espaço de formação ecológica e cidadã, em que o aprender sobre o meio ambiente acontece de modo participativo, sensível e conectado à realidade vivida pelos alunos e suas famílias.

As respostas dos alunos à pergunta “Você acha importante aprender sobre o meio ambiente na escola quilombola? Por que?” revelam uma compreensão profunda sobre o papel da escola como espaço de continuidade dos saberes familiares e comunitários. As falas demonstram que os estudantes reconhecem o valor da educação ambiental não apenas como um conteúdo curricular, mas como um instrumento cultural, social e ecológico da comunidade quilombola. O Quadro 6 a seguir sintetiza as respostas divididas em duas categorias centrais: práticas ambiental e familiar e prática de cuidado tradicional e realidade quilombola.

Quadro 6. Respostas dos alunos sobre “Você acha importante aprender sobre o meio ambiente na escola quilombola? Por que?”

Categoria	Resposta
Conceitos voltados à prática ambiental e prática familiar	Aluno 9 - “Sim, porque precisamos cuidar do rio e da horta para que não falte água e comida” Aluno 1 - “Sim, porque a professora nos ensina a não jogar lixo e a respeitar os animais” Aluno 6 - “Sim, porque aprendemos a cuidar da terra e das árvores”
Conceitos voltados à prática de cuidado tradicional e a realidade quilombola	Aluno 11 - “Sim, porque assim aprendemos a plantar sem destruir a mata e podemos ajudar nossa família” Aluno 12 - “Sim, porque é importante saber como fazer a roça de maneira certa, como meu pai sempre faz” Aluno 2 - “Sim, porque a escola ensina a gente a proteger o meio ambiente e a passar adiante os ensinamentos que a família nos dá”

Fonte: Autora (2025)

As respostas indicam que os alunos veem a educação ambiental como um processo que une aprendizagem escolar e saberes tradicionais, reforçando o elo entre o conhecimento científico e o conhecimento ancestral. Essa integração demonstra a potência da escola quilombola como espaço de valorização da identidade cultural e de promoção da sustentabilidade local.

Essas falas evidenciam que as crianças reconhecem a importância de práticas cotidianas de cuidado, como a preservação da água, o manejo da terra e o cultivo de alimentos. O destaque para a

horta e o controle do fogo é particularmente relevante, pois reflete saberes tradicionais da comunidade quilombola, transmitidos pela a famílias.

Segundo Oliveira (2018), a educação ambiental em comunidades tradicionais deve valorizar esses saberes, que constituem estratégias de sobrevivência e resistência cultural. Nesse sentido, as respostas dos alunos mostram que já existe uma consciência ambiental enraizada na prática comunitária, e que a escola pode atuar como mediadora no fortalecimento desse processo.

Além disso, os relatos sobre a horta comunitária e a proteção das matas demonstram que os estudantes já associam atitudes cotidianas ao conceito de sustentabilidade. Como aponta Loureiro (2012, p. 56), “A educação ambiental deve articular conhecimento, valores e práticas culturais, promovendo a responsabilidade social e ecológica dos sujeitos”. Observa-se que essas compreensões não são apenas teóricas, mas traduzem-se em ações concretas no cotidiano da escola e da comunidade. Essa articulação entre teoria e prática reforça a importância de metodologias participativas, como rodas de conversa e produções coletivas para consolidar o aprendizado e o senso de cuidado ambiental.

Portanto, o quadro 5 demonstram que os alunos percebem a escola como mediadora entre o saber tradicional e o saber científico, fortalecendo a transmissão intergeracional de valores e práticas sustentáveis. essa visão reforça a importância de uma educação ambiental contextualizada, emancipadora e comprometida com a preservação da vida e da cultura quilombola.

- Análise da Roda de conversa e da produção do cartaz

A roda de conversa possibilitou que os alunos ampliassem suas reflexões e compartilhassem experiências pessoais e familiares. Durante a atividade surgiram relatos que vão além da dimensão escolar e revelam a memória coletiva do quilombo:

Aluno 7 - “Minha avó sempre fala que se a gente não cuidar da água dos rios, a gente não vive. Ela me ensinou a não lavar roupa no rio, porque a água é para beber e cozinhar alimentos”.

Aluno 1 - “Mainha fala que a gente tem que plantar mais árvores e plantas e não pode deixar a terra sem nada, porque a terra fica fraca”.

Aluno 10 - “Aqui no quilombo plantamos e cuidamos da nossa terra”

Aluno 3 - “Se não cuidarmos do rio e da terra, não vai ter água para beber e comida para plantar”.

Essas falas são significativas porque mostram como os saberes tradicionais estão presentes na formação das crianças, transmitindo oralmente pelas as gerações mais velhas. Evidenciando uma percepção crítica sobre a interdependência entre comunidade e natureza. De acordo com Arroyo (2013), a escola quilombola deve dialogar com essas memórias, incorporando-as ao processo pedagógico como fonte legítima de conhecimento.

A roda de conversa mostrou-se um instrumento pedagógico de grande valor, pois possibilitou o diálogo entre experiências pessoais dos alunos e os temas ambientais mais amplos. Durante as discussões, surgiram relatos que evidenciam a preocupação das crianças com a poluição dos rios e o descarte incorreto do lixo e a degradação das matas próximas a comunidade. Essa postura crítica demonstra que a educação ambiental, quando contextualizada, estimula o pensamento reflexivo e o senso de responsabilidade coletiva. Além disso, a roda de conversa permitiu que os alunos compartilhassem lembranças e histórias de suas famílias sobre o modo tradicional de cuidar da terra, revelando que o conhecimento ambiental é transmitido também por meio da oralidade e da convivência cotidiana.

Essa prática dialogada reforça a concepção freireana de educação, segundo a qual “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mesmo, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1996, p.68). Assim, o ato de conversar, ouvir e refletir coletivamente transformou o espaço escolar em um ambiente de troca, reconhecimento e construção de saberes sobre o meio ambiente.

A etapa de produção do cartaz coletivo foi fundamental para transformar a reflexão oral em um registro visual compartilhado. Durante a atividade, os alunos selecionaram palavras-chave como: “Água”, “Plantar mais árvores”, “Rio”, “Vida”, “Coleta seletiva”, “Colocar o lixo na lixeira”, “Cuidado com as plantas” e “Respeito”.

Além disso, utilizaram recortes de revistas com imagens de florestas, rios, pessoas plantando e animais, e pessoas realizando ações para o cuidado com o meio ambiente. O cartaz ficou dividido em duas partes, de um lado, imagens positivas de preservação; de outro, as palavras-chaves elaboradas pelos alunos, como mostra a Figura 1.

Figura 1. Imagens da produção do cartaz construído coletivamente pelos alunos do 5º ano da Escola Quilombola, Comunidade de Salitre, CE.



Fonte: Autora (2025)

Esse processo revelou que os estudantes não apenas compreendem a importância do cuidado com o meio ambiente, mas também conseguem sistematizar, verbalizando suas ideias, estabelecendo relações de contraste, cuidado ou destruição. O cartaz, exposto na sala de aula, funcionou como material pedagógico e símbolo de pertencimento, reforçando a ideia de que o conhecimento produzido coletivamente deve permanecer na comunidade escolar.

Segundo Freire (1996), a educação deve ser um ato criador e coletivo, no qual os sujeitos deixam de ser meros receptores e se tornam autores de seu próprio conhecimento. Nesse caso, a produção do cartaz foi um momento de autoria coletiva, em que os alunos assumiram protagonismo na construção de um material educativo.

A elaboração do cartaz com palavras-chave e figuras sobre o cuidado ambiental consolidou o processo de aprendizagem, permitindo que os alunos expressassem visualmente suas concepções sobre meio ambiente. Ao escolher termos como “vida”, “água”, “respeito” e “cuidado”, demonstraram sensibilidade e consciência ecológica. A atividade estimulou a cooperação, a criatividade e o diálogo entre os colegas, reforçando o valor das ações coletivas dentro da escola.

Durante o processo, foi possível observar o envolvimento e entusiasmo das crianças em criar algo que representasse a visão do grupo sobre o cuidado com a natureza. Cada palavra e cada imagem escolhida refletiam não apenas o aprendizado obtido nas aulas, mas também a relação

afetiva que mantém com o território onde vivem. Essa produção coletiva possibilitou a construção de novos significados e a ampliação do sentimento de pertencimento ao lugar.

De acordo com Carvalho (2008, p. 67), “a educação ambiental se realiza na prática social, no diálogo, e na participação, e não apenas na transmissão de informações sobre a natureza”. Essa afirmação reforça a importância de metodologias participativas como o cartaz, que ultrapassam o ensino tradicional e transformam o conhecimento em ação concreta e compartilhada.

Assim, a atividade permitiu que os alunos se tornassem sujeitos ativos do processo educativo, valorizando tanto o saber escolar quanto as experiências que trazem de suas vivências comunitárias. Além disso, o cartaz permaneceu exposto na escola, tornando-se um recurso pedagógico permanente e um símbolo de compromisso coletivo com o meio ambiente. Ele passou a inspirar outras turmas a refletirem sobre o tema e a desenvolverem novas práticas sustentáveis no cotidiano escolar. Essa continuidade demonstra que o aprendizado ultrapassou a atividade pontual, transformando-se em uma atividade constante de respeito e cuidado com a natureza e com o território quilombola.

Como afirma Guimarães (2000, p. 45), “a prática da educação ambiental deve gerar reflexão e ação, promovendo a transformação da realidade e a formação de sujeitos críticos.” Essa perspectiva está presente no trabalho desenvolvido, pois as ações das crianças não se limitaram à representação simbólica, mas despertaram novas atitudes e responsabilidades no dia a dia escolar. Logo, a experiência de construir o cartaz mostrou que aprender sobre o meio ambiente é também aprender a cuidar, a conviver e a agir de forma consciente e solidária.

A partir desta vivência, reforça-se a importância de que a educação ambiental continue sendo trabalhada na escola de maneira contínua, prática e integrada às outras disciplinas. O cartaz, mais do que um produto final, representou um início de um novo olhar das crianças sobre o mundo ao seu redor, um olhar comprometido com o equilíbrio, a sustentabilidade e o amor pelo o território que as formam e acolhem.

- Análise das perspectivas e caminhos possíveis

A consolidação de uma educação ambiental crítica em escolas quilombolas exige políticas públicas que garantam a formação docente, materiais didáticos adequados e participação ativa da comunidade no processo educativo. É fundamental que a escola se reconheça como parte do território, e não como espaço apartado dele. Isso implica adotar metodologias participativas, que envolva as famílias, os líderes comunitários e os mestres da tradição quilombola no processo de ensino-aprendizagem.

Como defende Paulo Freire (1996), a educação deve ser um ato político e dialógico, capaz de transformar a realidade no contexto quilombola, essa transformação passa pelo fortalecimento da identidade cultural, pela preservação ambiental e pela luta e pela permanência no território. Por tanto a educação ambiental na escola quilombola não pode ser reduzida a ações pontuais de reciclagem ou plantio de árvores, mas deve se constituir como prática permanente de resistência, de afirmação cultural e de construção coletiva de um futuro sustentável.

A pedagogia quilombola, nesse sentido, articula conhecimentos escolares com saberes tradicionais, valorizando a oralidade, a memória coletiva e as práticas de cuidados com a natureza. Assim, a educação ambiental em territórios quilombolas não pode ser entendida de maneira

descontextualizada, mas como parte de um processo de fortalecimento da identidade e da resistência cultural frente às desigualdades históricas.

O processo educativo nessas comunidades não deve se limitar à transmissão de informações técnicas sobre ecologia ou sustentabilidade, mas valorizar os saberes locais e reconhecer a experiência prática como fonte legítima de aprendizagem. Segundo Leff (2001), a educação ambiental deve considerar a complexidade das interações entre sociedade e natureza, promovendo o diálogo entre conhecimento científico e conhecimento tradicional. Essa articulação possibilita que estratégias de preservação ambiental sejam culturalmente relevantes e adaptadas à realidade específica de cada comunidade quilombola.

A dimensão ética da educação ambiental é central, pois implica reconhecer que todas as ações individuais e coletivas impactam o meio ambiente e a comunidade. Leff (2001) destaca que a integração entre ética, cultura e conhecimento ecológico é essencial para transformar práticas de uso dos recursos naturais, permitindo que as comunidades atuem como agentes de preservação ambiental. Nesse sentido, a educação ambiental não apenas orienta sobre técnicas de conservação, mas também desenvolve nos indivíduos um senso de responsabilidade e pertencimento em relação ao território. O envolvimento ativo da comunidade na gestão ambiental fortalece vínculos sociais e culturais, promovendo a coesão e a resiliência frente a desafios externos, como mudanças climáticas, expansão urbana ou pressões econômicas sobre o território quilombola.

As políticas públicas desempenham papel fundamental nesse contexto, ao fornecer apoio institucional e recursos para fortalecer práticas educativas e ambientais. Programas voltados à educação ambiental quilombola, como os promovidos pelo INCRA e pelo Ministério do Meio Ambiente, têm como objetivo apoiar o fortalecimento das práticas tradicionais e implementar projetos educativos que valorizem o território e a cultura local (BRASIL, 2007; INCRA, 2013). Além de promover a conservação ambiental, esses programas buscam garantir a inclusão social, a cidadania e a valorização do patrimônio cultural dessas comunidades, conforme previsto na Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (BRASIL, 2012). Quando combinadas com a participação comunitária e o reconhecimento dos saberes tradicionais, tais políticas contribuem para a construção de modelos de desenvolvimento sustentável que respeitam a diversidade cultural e os direitos territoriais das comunidades quilombolas, como defendem Loureiro (2019) e Diegues (2000). Dessa forma, a educação ambiental se configura como uma ferramenta estratégica para fortalecer a autonomia comunitária, promover a sustentabilidade e consolidar a identidade cultural, mostrando que educação, ética e prática ambiental caminham juntas na construção de sociedades mais justas e ambientalmente equilibradas.

Além disso, a educação ambiental apresenta caráter crítico e emancipatório. Inspirada na pedagogia de Paulo Freire, a prática educativa busca despertar a consciência ambiental, capacitar os indivíduos para a tomada de decisões e incentivar a participação comunitária na gestão dos recursos naturais (Freire, 1996). Por meio da reflexão, análise crítica e ação transformadora, os membros das comunidades quilombolas aprendem não apenas a conservar o meio ambiente, mas também a fortalecer sua autonomia, identidade cultural e a capacidade de resistir a pressões externas, como projetos de exploração econômica que possam comprometer o território.

Ao longo desse referencial teórico, bem como dos resultados apresentados, foi possível perceber que a educação ambiental em escolas quilombolas deve ser compreendida como prática pedagógica crítica, transformando e profundamente vinculada ao território e a identidade da comunidade. Ela não se limita aos conteúdos ecológicos ou as atividades pontuais, mas entrega-se ao projeto político-pedagógico da escola como estratégia de fortalecimento da cultura quilombola, de preservação ambiental e de luta por justiça social. Os desafios são muitos, desde a falta de formação docente até a carência de materiais didáticos contextualizados, mas as potencialidades são igualmente significativas. A valorização dos saberes tradicionais, o diálogo com ciência, a participação comunitária e a perspectiva crítica da educação ambiental apontam caminhos para a construção de práticas educativas que efetivamente contribuam para a emancipação dos sujeitos e a sustentabilidade da vida.

Nesse sentido, Silva (2021) destaca que a articulação entre educação ambiental crítica e educação escolar quilombola deve se apoiar em uma perspectiva freireana, capaz de promover diálogo horizontal e valorização dos saberes tradicionais. Já Custódio; Foster (2025) ressaltam que a consolidação de currículos diferenciados é essencial para integrar práticas ancestrais às demandas contemporâneas de sustentabilidade, fortalecendo a identidade cultural e o protagonismo comunitário.

Por fim, a educação ambiental na escola quilombola apresenta-se como uma perspectiva estratégica para fortalecer a relação entre comunidade, território e sustentabilidade, valorizando os saberes tradicionais que já orientam práticas de cuidado com a natureza. No entanto, enfrenta desafios como a escassez de recursos pedagógicos contextualizados, a necessidade de formação continuada de professores e a dificuldade em articular políticas públicas que reconheçam a especificidade quilombola.

Para avançar, é fundamental consolidar currículos que integrem os conhecimentos ancestrais às práticas contemporâneas de preservação ambiental, ampliar o diálogo entre escola e comunidade e garantir investimentos que possibilitem projetos de manejo sustentável, hortas comunitárias e atividades de educação ecológica. Assim, a escola quilombola pode se tornar um espaço ainda mais potente de resistência e inovação, promovendo a consciência crítica e o protagonismo das novas gerações na defesa do território e da biodiversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste trabalho representou uma caminhada de escuta, observação e diálogo com os alunos do 5º ano da Escola Quilombola da Comunidade Renascer. A pesquisa alcançou seus objetivos na compreensão de como os alunos percebem o meio ambiente e de que forma a escola pode contribuir para fortalecer atitudes de cuidado e preservação em diálogo com a cultura e os saberes quilombolas.

O estudo partiu da compreensão de que a educação ambiental é um processo formativo que ultrapassa os limites da sala de aula, envolvendo a comunidade, o território e as relações de pertencimento. Assim, os resultados evidenciam que, para as crianças quilombolas, o meio ambiente é entendido de forma ampla e interligada. Elas reconhecem que a natureza não se restringe

às florestas, rios e animais, mas inclui o espaço onde vivem, a horta, a escola, as relações familiares e o convívio comunitário. Essa visão reforça uma concepção integral e ecológica do ambiente, em que seres humanos e natureza formam um todo indissociável. Essa percepção é fruto de uma convivência cotidiana com o território e reflete os valores culturais e espirituais herdados das gerações mais velhas, que sempre cultivaram o respeito à terra e aos recursos naturais.

Durante a roda de conversa, observou-se que as crianças possuem uma sensibilidade ambiental significativa. Elas manifestam preocupação com os problemas como o lixo, a poluição dos rios, as queimadas e os desmatamentos. Ao mesmo tempo, as mesmas apontam soluções simples e práticas, como plantar árvores, reaproveitar materiais e cuidar da água. Esses relatos demonstram que o conhecimento ambiental não é apenas transmitido pela escola, mas também vivido nas práticas da comunidade, no cultivo da horta, na pesca e nas festas e no trabalho coletivo.

A confecção do cartaz com figuras e palavras-chave sobre o cuidado com o meio ambiente foi uma atividade pedagógica essencial para a síntese das aprendizagens. Ao escolher palavras como, vida, água, respeito e cuidado, os alunos demonstraram que compreendem o meio ambiente como algo vital e que precisa ser preservado por todos. O cartaz é um símbolo do aprendizado coletivo e um registro visual do compromisso da turma com a sustentabilidade. Essas práticas afirmam a importância de uma educação ambiental participativa e contextualizada, que envolva escuta, diálogo e valorização da experiência dos alunos.

As metodologias utilizadas permitiram que as crianças se reconhecessem como protagonistas do processo educativo, exercitando a autonomia e a consciência crítica. Esse movimento está em sintonia com a perspectiva freireana, segundo a qual a educação deve partir da realidade dos educandos e promover uma leitura crítica do mundo.

A análise dos resultados também reforçou que o meio ambiente é parte fundamental da identidade quilombola. Preservar significa manter viva a história, a cultura e o modo de vida tradicional da comunidade. Assim, a educação ambiental no contexto quilombola assume uma dimensão política e cultural, pois trata-se de defender o território, garantir a soberania alimentar e fortalecer os vínculos comunitários. Essa visão amplia o entendimento de meio ambiente como um campo de luta por justiça social, respeito e dignidade.

Com base nos dados coletados e nas atividades desenvolvidas, conclui-se que a escola quilombola tem o papel essencial na formação de cidadãos ambientalmente conscientes e culturalmente enraizados. Ao articular saberes tradicionais e saberes científicos, ela contribui para a construção de uma consciência ecológica crítica, capaz de transformar o olhar das crianças sobre o mundo que as cerca.

Para que esse processo se consolide, recomenda-se que a educação ambiental seja trabalhada de forma interdisciplinar e contínua, conectando currículo escolar às práticas locais. É fundamental investir em projetos como hortas escolares, reciclagem, manejo sustentável, visitas ao território e valorização das memórias orais da comunidade. Além disso, a escola deve atuar em parceria com as famílias, fortalecendo a responsabilidade pelo cuidado ambiental.

Dessa maneira, a educação ambiental na escola quilombola revela-se como um instrumento de transformação e esperança, que ensina as novas gerações a cuidar do planeta a partir do lugar onde vivem. As crianças quilombolas mostram que é possível aprender com a natureza e com a própria história, construindo uma convivência mais justa, equilibrada e sustentável. Portanto, o meio ambiente, na perspectiva dos alunos, é um espaço de vida, cultura e pertencimento. Cuidar dele é cuidar do território, das pessoas e das memórias que o compõem. Assim, este trabalho

reafirma que a verdadeira educação ambiental nasce do diálogo entre o saber tradicional e o conhecimento escolar, e se concretiza na prática cotidiana de respeito, solidariedade e amor pela terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Diário Oficial da União, Brasília, 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola*. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a **Política Nacional de Educação Ambiental** e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Lei nº 9.795/1999**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola**. Brasília: MEC, 2012.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: MMA, 2007.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 14. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 251-264, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**.

São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão; FOSTER, Eugénia da Luz Silva (org.). **Educação escolar quilombola: saberes, fazeres e práticas**. Belém: Paka-Tatu, 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 41. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: da prática à teoria**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GOMES, N. L. **Educação, identidade negra e formação de professores**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GUIMARÃES, M. **Educação ambiental: da prática à teoria**. Campinas: Papirus, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação ambiental: da prática à teoria**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, N. L. *Educação, identidade negra e formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GUIMARÃES, Mauro. *A dimensão ambiental na educação*. 5ª. ed. Campinas: Papirus, 2000.

INCRA. *Brasil Quilombola: Ações do Governo Federal*. Brasília: INCRA, 2013.

JACOBI, Pedro Roberto. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, p. 189–205, mar. 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental crítica: contribuições à construção de uma cidadania planetária*. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica*. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Educação ambiental: princípios, história e formação de professores*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, Enrique. *Ecologia e conhecimento: a ecologia como saber complexo*. Petrópolis: Vozes, 2001.

LOUREIRO, C. F. B. *Educação Ambiental: questões de vida*. São Paulo: Cortez, 2019.

MINAYO, M. C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MORAN, José Manuel. *Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias digitais*. Campinas, SP: Papirus, 2015.

NASCIMENTO, Damião Cavalcante do; SILVA, Luandson Luis da. A educação quilombola: uma história de resistências e inclusão. In: *Anais do Congresso Nacional de Educação*, 2018.

OLIVEIRA, A. S. de. Educação ambiental em comunidades quilombolas: desafios e perspectivas. *Revista Educação e Pesquisa*, v. 44, n. 2, 2018.

OLIVEIRA, Roseli. Educação ambiental em comunidades tradicionais: o diálogo entre saberes locais e escola. *Revista Brasileira de Educação Ambiental*, v. 13, n. 2, p. 45–61, 2018.

PEREIRA, Laura Belém. *Educação e saberes tradicionais quilombolas: um estudo sobre as práticas educativas na escola municipal Jaú Tambor/Novo Airão – AM*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGE/UFAM) como requisito para a obtenção do Título de Mestra em Educação. 2021.

- REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, M. dos. **Educação Quilombola: saberes, identidades e territórios**. Salvador: EDUFBA, 2020.
- SILVA, Maria Aparecida de Souza. **Educação quilombola e identidades culturais: práticas educativas em comunidades negras rurais**. Brasília: MEC, SECADI, 2015.
- SILVA, Éder Batista da. **Educação ambiental crítica e educação escolar quilombola: diálogos possíveis**. *Revista Educação e Fronteiras*, v. 11, n. 31, p. 45-60, 2021.
- SILVA, R. L. da. **Educação Ambiental em comunidades tradicionais**. Curitiba: Appris, 2015.
- SILVA, Tatiana Ramalho Da; LIMA, Ivan Costa. **Territórios quilombolas no Ceará: educação, história, memórias e lutas socioambientais**. *Semana Universitária, UNILAB*, 2019. Disponível em: <<http://semuni.unilab.edu.br/submissao/index.php?pagina=gerar-trabalho&trabalhoId=3730>>. Acesso em: 26 nov., 2025.
- SOUZA, Maria M. de. Educação ambiental e comunidades tradicionais: saberes, práticas e territorialidade. *Revista Educação & Sociedade*, v. 29, n. 102, p. 431-447, 2008.
- SORRENTINO, M. et al. Educação ambiental como política pública. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.
- TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A etnoecologia: uma ciência do diálogo de saberes**. São Paulo: SENAC, 2008.